

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.543.613 - SC (2019/0213217-7)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : **W CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**
ADVOGADOS : **PATRÍCIA APARECIDA SCALVIM SCHMITZ - SC012259**
ANTONIO CARLOS GOEDERT - SC012076
FABIANA ELIZABETE BACKES - SC025476
MARIA HELENA CARDOSO - SC033512
AGRAVADO : **CELIA HATSUMI IWAOKA NISHIGAMA**
ADVOGADO : **BRUNA PEREIRA - SC034221**
INTERES. : **JOENCK CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA**

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. 1. MULTA. DESNECESSIDADE DE RECOLHIMENTO PARA INTERPOSIÇÃO DE RECURSO QUE VISA APENAS O SEU AFASTAMENTO. PRECEDENTE DA TERCEIRA TURMA DO STJ. 2. MULTA DO ART. 1.021, § 4º, DO CPC/2015. DESCABIMENTO. AGRAVO INTERNO PROPOSTO COM A FINALIDADE DE EXAURIMENTO DE INSTÂNCIA. INADMISSIBILIDADE MANIFESTA AFASTADA. PRECEDENTES. 3. AGRAVO CONHECIDO PARA DAR PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL.

DECISÃO

Trata-se de agravo interposto por W Construtora e Incorporadora Ltda. contra decisão que não admitiu o processamento do apelo extremo.

Infere-se dos autos que a Sexta Câmara de Direito Civil do Tribunal de Justiça do Estado de Santa Catarina negou provimento ao agravo interno interposto pela ora agravante, aplicando a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/205, conforme ementa abaixo colacionada (e-STJ, fl. 783):

AGRAVO INTERNO (ART. 1.021 DO CPC). AGRAVO DE INSTRUMENTO EM AÇÃO DE RESCISÃO CONTRATUAL. DECISÃO INTERLOCUTÓRIA QUE INDEFERIU PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO. JULGAMENTO MONOCRÁTICO QUE RECONHECEU A PRECLUSÃO DA MATÉRIA DISCUTIDA NO RECURSO. INSURGÊNCIA DA AGRAVANTE. ALEGADA POSSIBILIDADE DE REANÁLISE DA ANTECIPAÇÃO DOS EFEITOS DA TUTELA. INSUBSISTÊNCIA. AGRAVANTE QUE DEIXA DE APONTAR ALTERAÇÃO FÁTICA OU DOS ARGUMENTOS JURÍDICOS A JUSTIFICAR A REVISÃO DA TUTELA PROVISÓRIA ANTERIORMENTE DEFERIDA. PEDIDO DE RECONSIDERAÇÃO FORMULADO NA

Superior Tribunal de Justiça

DEMANDA PRINCIPAL QUE NÃO POSSUI O CONDÃO DE REABRIR O PRAZO PARA IMPUGNAÇÃO DA MATÉRIA. PRECLUSÃO TEMPORAL RECONHECIDA. PRETENDIDA REVISÃO DA DECISÃO NO TOCANTE À TEMPESTIVIDADE DA CONTESTAÇÃO. IMPOSSIBILIDADE. DECRETAÇÃO DA REVELIA PELO JUÍZO SINGULAR QUE JÁ FOI OBJETO DE APRECIACÃO POR ESTA INSTÂNCIA RECURSAL EM AGRAVO DE INSTRUMENTO ANTERIOR. PRECLUSÃO *PRO JUDICATO* VERIFICADA. PROVIDÊNCIA DE OFÍCIO. INSURGÊNCIA MANIFESTAMENTE DESPROPOSITADA. APLICAÇÃO DE MULTA CORRESPONDENTE A 5% (CINCO POR CENTO) DO VALOR ATUALIZADO DA CAUSA. PRECEDENTES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. DECISÃO MANTIDA. RECURSO CONHECIDO E DESPROVIDO.

Nas razões do apelo especial, a recorrente indicou violação ao art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

Alegou que a decisão que aplicou a multa prevista no mencionado dispositivo legal não foi fundamentada.

Sustentou que o agravo interno não possuía intuito procrastinatório, tendo por objetivo o esgotamento das vias recursais ordinárias.

O processamento do apelo especial não foi admitido pela Corte local, levando a insurgente a interpor o presente agravo, por meio do qual contesta a aplicação do óbice apontado na decisão de admissibilidade.

Brevemente relatado, decido.

De início, é importante esclarecer que "o não recolhimento da multa imposta como requisito de admissibilidade de novos recursos somente obsta o conhecimento das irresignações supervenientes que tenham por objetivo discutir matéria já decidida e com relação à qual ficou reconhecida existência de abuso do direito de recorrer" (EDcl nos EDcl no AgInt no AREsp 1.161.064/PI, Rel. Ministro Moura Ribeiro, Terceira Turma, julgado em 01/07/2019, DJe 06/08/2019).

Assim, considerando que o apelo especial não revolve as matérias veiculadas no agravo interno, discutindo apenas a aplicação da sanção prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, verifica-se que a questão jurídica é inteiramente nova, não se exigindo, portanto, o recolhimento prévio da multa como requisito de admissibilidade do recurso especial.

Presentes os pressupostos de admissibilidade do agravo, passo à análise do recurso especial.

Superior Tribunal de Justiça

Em relação à pretensão de afastamento da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, é iterativo o entendimento desta Casa na direção de que tal penalidade não é automática, decorrente tão somente do desprovimento ou do não conhecimento unânime do agravo interno, porquanto indispensável, em decisão fundamentada, a demonstração do intento abusivo, protelatório ou manifestamente inadmissível, não sendo este o caso dos autos, em que a recorrente visava o exaurimento de instância, imprescindível à abertura desta via especial, nos termos da Súmula 281/STF.

A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. AGRAVO INTERNO NO RECURSO ESPECIAL. CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. APLICABILIDADE. INOVAÇÃO RECURSAL. ALEGAÇÃO DE OFENSA AO ART. 535 DO CPC. IMPOSSIBILIDADE DE ANÁLISE. TESE NÃO VENTILADA NO RESP. ACÓRDÃO EMBASADO EM NORMA DE DIREITO LOCAL. LEI COMPLEMENTAR ESTADUAL N. 1419/01. CONSTITUIÇÃO DO ACRE. INCIDÊNCIA, POR ANALOGIA, DA SÚMULA N. 280/STF. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO DA TESE DE APLICAÇÃO DO PRINCÍPIO DA ACTIO NATA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA N. 211/STJ. ARGUMENTOS INSUFICIENTES PARA DESCONSTITUIR A DECISÃO ATACADA. APLICAÇÃO DE MULTA. ART. 1.021, § 4º, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. DESCABIMENTO.

(...)

VI - Em regra, descabe a imposição da multa, prevista no art. 1.021, § 4º, do Código de Processo Civil de 2015, em razão do mero improvimento do Agravo Interno em votação unânime, sendo necessária a configuração da manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso a autorizar sua aplicação, o que não ocorreu no caso.

VII - Agravo Interno improvido.

(AgInt no REsp 1482431/AC, Rel. Ministra REGINA HELENA COSTA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 08/02/2018, DJe 20/02/2018)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO RECONHECIDA E SANADA. SEM EFEITOS MODIFICATIVOS.

1. No caso, verifica-se omissão quanto ao pleito de aplicação das penas por litigância de má-fé e da multa do art. 1.021, § 4º do CPC/2015, à parte embargada.

2. É firme o entendimento desta Corte no sentido de não aplicar a multa por litigância de má-fé quando a parte utiliza recurso previsto no ordenamento jurídico, sem abusar do direito de recorrer. Precedentes.

3. Além disso, o mero desprovimento do agravo interno em votação unânime não basta para configurar a hipótese de manifesta inadmissibilidade ou improcedência do recurso capaz de justificar a aplicação da multa do art. 1.021, § 4º, do CPC/2015. Precedente.

Superior Tribunal de Justiça

3. Por fim, o agravo interno teve também o intuito de exaurir esta instância especial, em atenção à Súmula 281/STF.

4. Embargos de declaração acolhidos para sanar omissão, sem efeitos modificativos.

(EDcl no AgInt no AREsp 647.276/SP, Rel. Ministro LUIS FELIPE SALOMÃO, QUARTA TURMA, julgado em 17/10/2017, DJe 20/10/2017)

A fim de corroborar a cognição supracitada, aponta-se o REsp 1.198.108/RJ, julgado pela Corte Especial do STJ, através da sistemática de recursos repetitivos (art. 543-C do CPC/1973), de relatoria do Ministro Mauro Campbell Marques, que, malgrado faça menção expressa ao art. 557, § 2º, do CPC/1973 (vigente à época), perfeitamente extensível à ocasião - no tocante à tese de que não se considera manifestamente inadmissível ou infundado o agravo interposto com a pretensão de exaurir a instância recursal ordinária para interpor recurso especial ou extraordinário -, haja vista ter sido mantida a essência desse regramento no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015.

O acórdão mencionado está assim ementado:

PROCESSUAL CIVIL. RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DE CONTROVÉRSIA (ARTIGO 543-C DO CPC). VIOLAÇÃO DO ART. 557, § 2º, DO CPC. INTERPOSIÇÃO DE AGRAVO INTERNO CONTRA DECISÃO MONOCRÁTICA. NECESSIDADE DE JULGAMENTO COLEGIADO PARA ESGOTAMENTO DA INSTÂNCIA. VIABILIZAÇÃO DAS INSTÂNCIAS ORDINÁRIAS. INEXISTÊNCIA DE CARÁTER PROTETÓRIO OU MANIFESTAMENTE IMPROCEDENTE. IMPOSIÇÃO DE MULTA INADEQUADA. SANÇÃO PROCESSUAL AFASTADA. PRECEDENTES DO STJ. RECURSO ESPECIAL PROVIDO.

1. A controvérsia do presente recurso especial, submetido à sistemática do art. 543-C do CPC e da Res. STJ n 8/2008, está limitada à possibilidade da imposição da multa prevista no art. 557, § 2º, do CPC em razão da interposição de agravo interno contra decisão monocrática proferida no Tribunal de origem, nos casos em que é necessário o esgotamento da instância para o fim de acesso aos Tribunais Superiores.

2. É amplamente majoritário o entendimento desta Corte Superior no sentido de que o agravo interposto contra decisão monocrática do Tribunal de origem, com o objetivo de exaurir a instância recursal ordinária, a fim de permitir a interposição de recurso especial e do extraordinário, não é manifestamente inadmissível ou infundado, o que torna inaplicável a multa prevista no art. 557, § 2º, do Código de Processo Civil.

3. Nesse sentido, os seguintes precedentes: EREsp 1.078.701/SP, Corte Especial, Rel. Min. Hamilton Carvalhido, DJe de 23.4.2009;

Superior Tribunal de Justiça

REsp 1.267.924/PR, 2ª Turma, Rel. Min. Castro Meira, DJe de 2.12.2011; AgRg no REsp 940.212/MS, 3ª Turma, Rel. Min. Paulo de Tarso Sanseverino, DJe de 10.5.2011; REsp 1.188.858/PA, 2ª Turma, Rel. Min. Eliana Calmon, DJe de 21.5.2010; REsp 784.370/RJ, 5ª Turma, Rel. Min. Laurita Vaz, DJe de 8.2.2010; REsp 1.098.554/SP, 1ª Turma, Rel. Min. Benedito Gonçalves, DJe de 2.3.2009; EDcl no Ag 1.052.926/SC, 4ª Turma, Rel. Min. João Otávio de Noronha, DJe de 6.10.2008; REsp 838.986/RJ, 1ª Turma, Rel. Min. Teori Albino Zavascki, DJe de 19.6.2008.

4. No caso concreto, não há falar em recurso de agravo manifestamente infundado ou inadmissível, em razão da interposição visar o esgotamento da instância para acesso aos Tribunais Superiores, uma vez que a demanda somente foi julgada por meio de precedentes do próprio Tribunal de origem. Assim, é manifesto que a multa imposta com fundamento no art. 557, § 2º, do CPC deve ser afastada.

5. Recurso especial provido. Acórdão submetido ao regime do artigo 543-C, do CPC, e da Resolução STJ 08/2008.

(REsp 1198108/RJ, Rel. Ministro MAURO CAMPBELL MARQUES, CORTE ESPECIAL, julgado em 17/10/2012, DJe 21/11/2012)

Na espécie, o Tribunal estadual, em contrariedade à inteligência alinhavada, aplicou a referida sanção sob o argumento de que o agravo interno lá manejado era inadmissível, pois contrário à sua jurisprudência (e-STJ, fls. 782-791).

Ocorre que, nos termos já expostos, tal proceder, por si só, não reveste o agravo interno apresentado de inadmissibilidade manifesta, visto que apresentado com a finalidade de esgotar as vias ordinárias e ver admitido o processamento do seu recurso especial, afastando-se, assim, eventual incidência do óbice da Súmula 281/STF.

Ante o exposto, conheço do agravo para dar provimento ao recurso especial a fim de afastar a multa prevista no art. 1.021, § 4º, do CPC/2015, aplicada na origem.

Publique-se.

Brasília (DF), 1º de outubro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator